

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE
SANTA CRUZ DA TRAPA

VISEU

Datas da visita: 2 a 4 de Abril de 2008

I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa realizada pela equipa de avaliação que visitou esta Unidade de Gestão nos dias 2, 3 e 4 de Abril de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como o eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios na Unidade de Gestão

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Unidade de Gestão. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Sta. Cruz da Trapa está localizado na Vila de Sta. Cruz da Trapa, a 10 km da sede do concelho – São Pedro do Sul –, com um índice de desenvolvimento social de nível 3 (IDS 3)¹, onde a indústria tem pouca visibilidade. A população escolar tem vindo a diminuir, facto que se fica a dever, essencialmente, à deslocação das populações mais isoladas para os grandes centros ou para o estrangeiro. O Agrupamento foi criado em 2003, servindo 6 freguesias². É composto por 8 jardins de infância, 7 escolas do 1º ciclo e 1 escola básica integrada com os 1º, 2º e 3º ciclos (escola sede)³.

Os estabelecimentos de educação e ensino apresentam, na generalidade, boas condições físicas, de habitabilidade e de segurança, sendo de realçar que os jardins de infância e as escolas de 1º ciclo dispõem de computador com ligação à Internet, aquecimento e acesso a telefone, possuindo, ainda, planos de evacuação e de emergência. Todos os jardins de infância têm serviço de refeições e prolongamento de horário e as escolas do 1º ciclo têm, também, serviço de refeições e actividades de enriquecimento curricular (Inglês, Expressão Físico-Motora, Educação Musical e Apoio ao Estudo).

O Agrupamento é frequentado por cerca de 600 crianças e alunos: 134 crianças na educação pré-escolar (9 grupos), 203 alunos no 1º ciclo (16 turmas), 110 alunos no 2º ciclo (6 turmas) e 153 alunos no 3º ciclo (9 turmas, incluindo 1 turma com percurso curricular alternativo e 1 turma dos cursos de educação e formação – tipo 2, de Electricidade de Instalações). A Unidade de Gestão tem ainda a funcionar 2 turmas dos cursos de educação e formação de adultos, num total de 26 formandos (1 turma B2 e 1 turma B3).

O corpo docente é constituído por 81 elementos (44% do quadro de escola, 37% do quadro de zona pedagógica e 19% contratados), verificando-se uma tendência para a sua estabilidade. Apenas 11 docentes (13,6%) detêm a categoria de professor titular. O pessoal não docente é formado por 32 profissionais (44% do quadro e 56% contratados).

A maioria dos alunos provém de famílias com níveis de escolaridade diferenciados (25% dos pais possui o 1º ciclo, 41% o 2º ciclo, 12% o 3º ciclo, 11% o ensino secundário e 4% o ensino superior). No que concerne à ocupação profissional dos agregados familiares, é de realçar que 27% dos encarregados de educação não tem profissão, 4% trabalha no sector primário, 37% no sector secundário e 29% no sector terciário. Os apoios sócio-educativos abrangem cerca de 151 crianças e alunos: 3% das crianças da educação pré-escolar, 10,8% dos alunos do 1º ciclo, 50% dos alunos do 2º ciclo e 49% dos alunos do 3º ciclo, com predominância da atribuição do escalão A.

Quanto à disponibilização das novas tecnologias de informação e comunicação, verifica-se que 78% dos alunos não tem computador nem Internet em casa.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

O Agrupamento dispõe de elementos desagregados relativos ao sucesso académico dos alunos, que são objecto de reflexão nos órgãos e nas estruturas de orientação educativa. Esta análise tem contribuído para a identificação de algumas dificuldades e, conseqüentemente, para a definição de estratégias pontuais de melhoria. É feita, também, a comparação das classificações dos resultados das provas de aferição e dos exames nacionais do 9º ano com os de outras escolas da região. Porém, a reflexão sobre estes dados não constitui uma prática consolidada e sistemática com vista à implementação de planos de aperfeiçoamento.

Relativamente à educação pré-escolar, a avaliação é descritiva e registada em fichas, contemplando as diferentes áreas de desenvolvimento. Contudo, não existem dados globais trabalhados sobre as aprendizagens adquiridas pelas crianças, por forma a que sejam identificadas as principais dificuldades e estabelecidas prioridades de melhoria.

No que diz respeito ao 1º ciclo, é possível verificar uma evolução positiva da taxa de conclusão ao longo do último triénio⁴, respectivamente, de 97,0%, 96,0% e 98,0%, situando-se 2,2%, 0,3% e 1,9% acima das respectivas médias nacionais⁵, sendo de destacar, porém, o elevado insucesso verificado no 2º ano de escolaridade em 2006/07 (18,0%). Quanto ao 2º ciclo, as taxas de conclusão tiveram uma melhoria significativa, aumentando de 88,0%, em 2004/05, para 98,0% em 2005/06 e para 100% em 2006/07, superando as respectivas médias nacionais (respectivamente, em 10,0%, 17,1% e 18,4%). As taxas de conclusão no 3º ciclo, no triénio em análise, registaram

¹ Portaria Nº 200/2004, de 4 de Fevereiro.

² Manhouce, Valadares, São Cristóvão de Lafões, Sta. Cruz da Trapa, Carvalhais e Serrazes.

³ JI de São Critóvão de Lafões (5 crianças – 1 grupo), JI de Serrazes (17 crianças – 1 grupo), JI de Freixo (11 crianças – 1 grupo), JI de Carvalhais (20 crianças – 1 grupo), JI de Sá (15 crianças – 1 grupo), JI de Valadares (7 crianças – 1 grupo), JI de Manhouce (13 crianças – 1 grupo), JI de Sta. Cruz da Trapa (48 crianças – 2 grupos); EB1 de Serrazes (17 alunos – 2 turmas), EB1 de Freixo (19 alunos – 2 turmas), EB1 de Carvalhais (24 alunos – 2 turmas), EB1 de Sá (29 alunos – 2 turmas), EB1 de Valadares (17 alunos – 1 turma), EB1 de Manhouce (21 alunos – 2 turmas), EB1 da Gralheira (7 alunos – 1 turma); EB1 de Sta. Cruz da Trapa (343 alunos – 4 turmas do 1.º Ciclo, 6 turmas do 2.º Ciclo, 8 turmas do 3.º Ciclo, 1 turma CEF, 2 turmas EFA – B2 e B3).

⁴ 2004/05, 2005/06 e 2006/07.

⁵ 94,8%, 95,7% e 96,1%.

também uma melhoria, apesar de, quando comparada com as dos ciclos precedentes, se revelar menos expressiva (respectivamente, 84,0%, 95,0% e 96,0%), fixando-se acima das médias nacionais (respectivamente, em 3,3%, 14,1% e 14,4%).

No que concerne às provas externas de aferição, a taxa de sucesso do Agrupamento no 4º ano foi superior à nacional em Língua Portuguesa (3,9%) e em Matemática (4,2%), sendo que, no 6º ano, essa taxa, em Língua Portuguesa também se situou 1,3% acima da média nacional. No entanto, em Matemática, a taxa de sucesso foi inferior à média nacional em 3,1%, revelando-se pouco satisfatória (cf. Quadro I).

Provas de Aferição	4º Ano Agrupamento/Nacional	6º Ano Agrupamento/Nacional
Língua Portuguesa	94,5%/90,6%	84,6%/83,3%
Matemática	87,3%/83,1%	53,8%/56,9%

Quadro I - Taxas de sucesso nas Provas de Aferição 2006/2007

Quanto aos exames nacionais de 9º ano, no último biénio, assinala-se que as taxas de sucesso foram inferiores às nacionais em Língua Portuguesa (respectivamente, 13,4% e 7,6%) e em Matemática (respectivamente, 17,2% e 19,2%), sendo que, neste caso, além de serem significativamente inferiores aos referentes nacionais, revelam-se bastante insatisfatórias, fazendo questionar a qualidade dos resultados internos (cf. quadro II).

Exames Nacionais do 9º Ano	2005/2006 Agrupamento/Nacional	2006/2007 Agrupamento/Nacional
Língua Portuguesa	42,6%/56,0%	80,4%/88,0%
Matemática	20,8%/38,0%	9,8%/29,0%

Quadro I - Taxas de sucesso nos Exames Nacionais do 9º ano no biénio 2005/2007

É ainda de referenciar como preocupante, em 2006/07 e no conjunto dos três ciclos de estudo, o decréscimo expressivo do sucesso dos alunos nas provas de aferição e nos exames nacionais de Matemática (decréscimo de 33,5% do 4º para o 6º ano e de 44,0% do 6º para o 9º ano).

O abandono escolar foi residual no último triénio, para o qual têm contribuído a detecção precoce, o adequado acompanhamento das situações de risco e a aposta na diversificação da oferta educativa.

As crianças e os alunos evidenciam, em geral, um comportamento correcto, para o qual tem concorrido a acção dos responsáveis escolares no desenvolvimento de diversas acções para a definição e a observância de normas de conduta. Apesar de existirem algumas actividades para darem visibilidade aos trabalhos realizados pelos alunos, a valorização e o reconhecimento dos sucessos colectivos e individuais não é ainda um aspecto muito explorado.

2. Prestação do serviço educativo

Suficiente

Nos conselhos de docentes/departamentos curriculares são reflectidos e definidos critérios e modalidades de avaliação, analisados os resultados escolares e estabelecidas medidas para algumas áreas de sucesso mais críticas. Verifica-se alguma articulação curricular entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo, designadamente através do conselho de docentes, onde é desenvolvido trabalho colaborativo, nomeadamente ao nível da organização conjunta de actividades, da elaboração de instrumentos de avaliação e da definição de um “guião-base” para a elaboração dos projectos curriculares de turma/grupo. É de destacar que, no ano lectivo de 2006/07, foi iniciado um registo organizado e sistemático das competências adquiridas pelas crianças da educação pré-escolar, visando favorecer a sequencialidade das aprendizagens na transição para o 1º ciclo.

Também nos 2º e 3º ciclos é possível verificar algumas actividades programadas para o desenvolvimento da articulação intra e interdepartamental, focalizadas, principalmente, na definição de critérios de avaliação e na elaboração de instrumentos de avaliação formativa e sumativa. No entanto, a ligação das aprendizagens entre anos de escolaridade e ciclos de estudo só é prosseguida nalgumas disciplinas, através da avaliação diagnóstica, mas cujos resultados não são devolvidos aos docentes dos ciclos precedentes. Também é reduzido e inconsistente o planeamento conjunto, visando a actuação na sala de aula, não sendo possível obter informação sobre o seu impacto na qualidade das aprendizagens e na melhoria dos resultados. Efectivamente, a articulação e a sequencialidade das aprendizagens carecem de maior aprofundamento, na medida em que os departamentos curriculares não promovem a realização de acções, sistemáticas e consistentes, de interacção interciclos e de interdisciplinaridade. Porém, é de realçar os níveis de articulação conseguidos nas áreas curriculares não disciplinares (Estudo Acompanhado, Formação Cívica e Área de Projecto), com trabalho consolidado no âmbito da uniformização dos procedimentos, da coordenação e da avaliação.

Os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar desenvolvem uma acção activa junto dos alunos e das famílias no domínio do apoio e da orientação sobre as opções a tomar.

O planeamento curricular, efectuado ao nível dos conselhos de docentes e dos departamentos, permite aferir a gestão dos programas das diversas disciplinas e do currículo global. Contudo, não existe um acompanhamento e uma supervisão das actividades lectivas dos docentes em contexto de sala de aula, no sentido de favorecer a partilha e a divulgação de boas práticas de ensino e aprendizagem.

Os docentes são auscultados sobre as suas necessidades de formação, tendo frequentado algumas acções proporcionadas pelo Agrupamento, que se revelaram ajustadas às necessidades identificadas. Acresce que a rede de contactos estabelecida com a Universidade de Aveiro e com a Escola Superior de Educação de Viseu tem, também, permitido o acesso a actividades de formação em diversas áreas. Todavia, não constitui prática a análise do impacto da formação dos docentes nas actividades lectivas e no desempenho dos alunos.

Existe uma integração efectiva dos alunos com necessidades educativas especiais, sendo-lhes facultado o apoio necessário. A sinalização, a avaliação inicial e a definição dos programas educativos das 49 crianças e alunos com necessidades educativas especiais revelam-se adequadas. Para os alunos com dificuldades mais gerais de aprendizagem, são proporcionadas modalidades de apoio diversificadas, designadamente aulas de apoio pedagógico, tutorias e estudo acompanhado.

É feita a monitorização da eficácia das medidas de apoio, verificando-se que, em 2006/07, o sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais foi da ordem dos 100%. Destaque-se, no entanto, a elevada percentagem de insucesso no 1º ciclo (46,3%), relativamente aos alunos que foram objecto de planos de recuperação, fazendo questionar a eficácia das medidas implementadas.

A atitude dos alunos face ao método científico é valorizada através da execução de algumas actividades experimentais em contexto de sala aula, sendo mais evidentes nos 2º e 3º ciclos no âmbito das áreas disciplinares das Ciências. Na educação pré-escolar e no 1º ciclo existem também indícios de realização de pequenas experiências, apesar de se verificar, nos últimos anos, um retrocesso no desenvolvimento dessas práticas.

3. Organização e gestão escolar

Bom

As actividades essenciais do ciclo de gestão escolar são programadas e desenvolvidas pelo conselho executivo, tendo em atenção as opções expressas nos documentos de planeamento estratégico. O plano anual de actividades integra um conjunto de acções coerentes com as prioridades traçadas, através de iniciativas e projectos propostos pelas estruturas educativas, correlacionando-se, de um modo geral, com os programas das diferentes disciplinas. No entanto, tanto o projecto educativo como o plano anual de actividades não compreendem acções dos pais e do pessoal não docente.

As actividades de ocupação plena dos tempos escolares mostram-se devidamente estruturadas e eficazes.

O conselho executivo faz uma gestão adequada dos recursos humanos, atribuindo as tarefas de acordo com as competências profissionais e pessoais de cada elemento. Existem critérios previamente fixados pelo conselho pedagógico para a distribuição do serviço docente. Os professores colocados pela primeira vez no Agrupamento mostram-se bem integrados pessoal e profissionalmente.

No que respeita à formação do pessoal não docente, as acções disponibilizadas nem sempre contemplam as respectivas áreas funcionais, como, por exemplo, ao nível do apoio ao funcionamento das salas laboratoriais e da biblioteca.

O Agrupamento possui instalações, espaços e equipamentos adequados, preocupando-se com a sua manutenção, segurança e salubridade. Existem circuitos estáveis de circulação de informação entre a Escola Sede e as restantes unidades que integram o Agrupamento, possibilitando o acesso generalizado aos recursos e aos apoios disponíveis, de forma a proporcionar as melhores condições de aprendizagem.

Os responsáveis escolares procuram fomentar a participação dos pais, sobretudo através da disponibilização de informação variada, do envolvimento no processo de avaliação das aprendizagens e do convite para reuniões e actividades.

Os responsáveis do Agrupamento e das diferentes estruturas regulam a sua acção por princípios de equidade e justiça, respeitando as normas estatuídas para o funcionamento da organização, incluindo a criação de oportunidades iguais para todas as crianças e alunos. Os discentes são também solicitados a participar no desenvolvimento dos princípios da equidade e justiça, através do exercício da auto-avaliação das aprendizagens.

4. Liderança

Bom

O Agrupamento tem uma visão de desenvolvimento do seu progresso, tendo estabelecido objectivos hierarquizados e calendarizados, bem como prioridades, para o triénio de 2007/10. Contudo, não foram definidas metas quantificáveis, nomeadamente para os resultados escolares dos alunos, que sirvam de orientação no planeamento da acção educativa e permitam a aferição contínua dos progressos alcançados. Apesar das prioridades determinadas pretenderem ajustar-se à realidade escolar e às preocupações dos diversos actores, não existem evidências de que os alunos e as famílias estejam comprometidos com as mesmas.

É visível a capacidade de liderança do órgão de gestão, mostrando-se empenhado na condução de estratégias de desenvolvimento do Agrupamento, sendo de destacar, também, o papel de algumas lideranças de topo e intermédias no estabelecimento de prioridades, na avaliação dos documentos orientadores e na enunciação de critérios de avaliação, revelando capacidade de mobilização dos seus pares para a realização de diferentes tarefas. Contudo, mostram-se pouco eficientes no âmbito do desenvolvimento da articulação e da sequencialidade das aprendizagens.

É evidente a abertura à inovação, patente na diversidade de actividades e de projectos, visando a criação de novos contextos e oportunidades de aprendizagem. Existem também outras actividades de relevo, a que os alunos conferem alguma importância, como, por exemplo, a organização de eventos, a realização de visitas de estudo e a participação em acontecimentos públicos. Todavia, apesar de se observar uma atitude pró-activa na procura de novos caminhos e soluções, não há indícios de estratégias de inovação, partilhadas e generalizadas, no âmbito das práticas lectivas em sala de aula.

O Agrupamento tem parcerias estabelecidas com entidades da comunidade e está envolvido em projectos para a melhoria do serviço educativo. Porém, é incipiente a procura de ligações com outras escolas, visando o desenvolvimento de projectos comuns que permitam responder a problemas locais da educação.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

Suficiente

A avaliação interna, enquanto instrumento para a melhoria do serviço educativo, não é uma prática regular da acção do Agrupamento. Os procedimentos avaliativos estão focalizados, essencialmente, no acompanhamento trimestral dos resultados académicos dos alunos, nos relatórios de actividades e nos inquéritos de satisfação aplicados aos membros da comunidade educativa. Apesar da informação recolhida ser disponibilizada aos diversos órgãos e estruturas pedagógicas, procurando-se justificação para os resultados insatisfatórios e a definição de algumas estratégias de melhoria, dificilmente são estabelecidos processos sistemáticos de apresentação e discussão dos resultados e de propostas de actuação.

As dificuldades encontradas pelo Agrupamento na conceptualização e na implementação de um modelo abrangente de auto-avaliação, por forma a permitir o desenvolvimento e a consolidação de uma atitude de auto-questionamento do trabalho realizado, como suporte para a identificação dos pontos fortes e fracos e para o planeamento estratégico, são indicadores que, associados aos desempenhos menos conseguidos ao nível de alguns resultados académicos dos alunos, poderão fragilizar a sustentabilidade do progresso da organização.

IV - Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

O Agrupamento dispõe de elementos desagregados sobre o sucesso académico dos alunos por disciplina, ano, ciclo de ensino e escola. Possui, também, o histórico da evolução das taxas de transição e conclusão no último triénio, bem como dados relativos ao desempenho dos alunos nas provas de aferição e nos exames, confrontados com os referentes nacionais. Todos estes elementos são objecto de análise nos órgãos e nas estruturas de orientação educativa, o que tem contribuído para a identificação de algumas dificuldades e, conseqüentemente, para o estabelecimento de estratégias pontuais de melhoria (p.ex. - aferição de critérios de actuação, reforço de áreas problemáticas e implementação de percursos diferenciados). Porém, esta reflexão carece de maior sistematicidade e consolidação, visando a elaboração e a implementação de planos estratégicos globais de aperfeiçoamento do serviço educativo, para a obtenção de melhores resultados, nomeadamente na disciplina de Matemática. Também não são efectuadas comparações dos resultados com os de outras escolas sociologicamente semelhantes.

Com base no estudo do sucesso do último triénio (2004/05 a 2006/07) conclui-se que, na educação pré-escolar, a avaliação é efectuada de forma descritiva através da utilização de fichas de registo que contemplam as diferentes áreas de desenvolvimento. Todavia, ainda não são produzidos dados globais, devidamente tratados e explorados, sobre as aprendizagens das crianças, que possam sustentar a reflexão conjunta e a adopção de medidas para as situações mais problemáticas.

No 1º ciclo, as taxas de conclusão registaram uma melhoria global no último triénio (2004/05 - 97,0%; 2005/06 - 96,0%; 2006/07 - 98,0%), superando as respectivas médias nacionais (respectivamente, 94,8%, 95,7% e 96,1%). Contudo, registre-se, como muito preocupante, o aumento significativo da taxa de insucesso no 2º ano de escolaridade nos últimos três anos lectivos (2004/05 - 7,0%; 2005/06 - 8,0%; 2006/07 - 18,0%). Quanto ao 2º ciclo, as taxas de conclusão melhoraram significativamente, progredindo de 88,0%, em 2004/05, para 98,0% em 2005/06 e 100% em 2006/07, situando-se acima dos referentes nacionais (que foram, respectivamente, de 87,5%,

89,5% e 89,7%). Para o mesmo período temporal, as taxas de conclusão do 3º ciclo registaram também uma melhoria, embora menos significativa quando comparada com as dos ciclos precedentes (2004/05 – 84,0%; 2005/06 – 95,0%; 2006/07 – 96,0%), mas sempre acima das médias nacionais (que foram, respectivamente, de 80,7%, 80,9% e 81,6%).

Em relação às provas externas, nomeadamente as de aferição, constata-se que, no 4º ano, no ano lectivo de 2006/07, a média do sucesso obtida pelo Agrupamento foi superior à média nacional em Língua Portuguesa (94,5%/90,6%) e em Matemática (87,3%/83,1%). Também, nas provas do 6º ano, a média do sucesso na Língua Portuguesa ficou um pouco acima da média nacional (84,6%/83,3%), o que já não se verificou na Matemática, onde o resultado ficou abaixo da média nacional (53,8%/56,9%), revelando-se pouco satisfatório.

Já no que diz respeito aos exames nacionais do 9º ano, realizados nos anos lectivos de 2005/06 e 2006/07, as taxas de sucesso foram inferiores às nacionais em Língua Portuguesa (2005/06 – 42,6%/56,0%; 2006/07 – 80,4%/88,0%) e em Matemática, sendo que, neste caso, os resultados alcançados, além de serem significativamente inferiores à média nacional nos dois anos em análise (2005/06 – 20,8%/38,0%; 2006/07 – 9,8%/29,0%), revelam-se também bastante insatisfatórios, o que faz questionar a qualidade do sucesso interno no final do 3º ciclo.

Acresce que, numa análise dos resultados das provas externas (provas de aferição e exames), realizadas em 2006/07, sobressai, no conjunto dos três ciclos de estudo, o decréscimo expressivo do sucesso na disciplina de Matemática, de 33,5% do 4º para o 6º ano e de 44,0% do 6º para o 9º ano.

No último triénio o abandono escolar foi residual, tendo-se verificado um caso em 2005/06. Para eliminar as situações de abandono têm contribuído a detecção precoce (com especial relevo para o papel do directores de turma), o adequado acompanhamento das situações de risco (envolvendo outras instituições – centro de saúde, comissão de protecção de crianças e jovens e Associação de Solidariedade Social de Lafões) e a aposta na diversificação da oferta educativa (cursos de educação e formação e percursos curriculares alternativos).

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Existe preocupação com o desenvolvimento cívico dos alunos e com a sua socialização e integração, patente nas prioridades do Projecto Educativo “Valorizar a participação dos alunos na planificação de projectos turma/escola/agrupamento, com vista ao desenvolvimento da autonomia e do sentido de responsabilidade”. O contributo dos alunos, para a elaboração deste instrumento, foi dado, essencialmente, através de respostas a questionários de satisfação e das reuniões de delegados de turma com os respectivos directores de turma e com o conselho executivo. Porém, não é evidente que os alunos tivessem sido activamente envolvidos, de acordo com o seu nível etário, na discussão e na programação das actividades do Agrupamento.

A falta de uma associação de estudantes não impede que os discentes organizem e desenvolvam algumas actividades e se responsabilizem por elas (p. ex., rádio escolar e torneios desportivos). A participação nas campanhas da Assistência Médica Internacional, de ajuda a Moçambique, é um exemplo de iniciativas no sentido de fomentar a responsabilidade, o espírito de solidariedade e a convivência democrática, muito embora ainda não se encontre devidamente consolidada nos alunos a relação de pertença e de identificação com o Agrupamento.

1.3 Comportamento e disciplina

As crianças e os alunos evidenciam, em geral, um comportamento correcto, para o qual tem contribuído a divulgação das normas de funcionamento e dos direitos e deveres, bem como a definição de critérios comuns para a actuação dos profissionais. Existe um registo formal de ocorrências e, nos 2º e 3º ciclos, foi construído, em cada turma, com a participação activa dos alunos e do director de turma, um regulamento específico que expressa as regras de conduta em contexto de sala de aula. O conselho executivo tem monitorizado os incidentes críticos e desencadeado acções preventivas (p. ex., ao nível do reforço da vigilância dos espaços exteriores pelos agentes da Escola Segura e da implementação do cartão electrónico para os membros da comunidade escolar), articulando a sua acção com os delegados de turma, através de reuniões periódicas. Os alunos que revelam um comportamento perturbador nas aulas são encaminhados para a biblioteca, onde são enquadrados em actividades educativas supervisionadas por docentes. As situações problemáticas são resolvidas, essencialmente, através do diálogo, da advertência oral, do acompanhamento individualizado por docentes ou de actividades de integração, verificando-se, salvo casos pontuais, um reconhecimento da autoridade dos profissionais. Em 2006/07 registaram-se 6 processos disciplinares, sendo que a pena mais grave aplicada foi a de dois dias de suspensão (com pena suspensa), tendo-se revelado eficaz. A assiduidade e a pontualidade são também atitudes valorizadas, sendo de realçar que estas dimensões integram as competências transversais dos critérios de avaliação dos alunos do curso de educação e formação.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Os sucessos das crianças e dos alunos são valorizados e estimulados, através da publicitação, no sítio na Internet e no jornal da Escola “Trapinhas”, das actividades e dos trabalhos efectuados, bem como da atribuição de certificados/prémios de participação em diversos eventos, concursos e actividades. Várias destas iniciativas procuram adquirir expressão pública, contribuindo para a valorização das aprendizagens junto da comunidade local. No entanto, não estão criados quadros de valor e excelência como forma de distinguir os alunos com melhor desempenho.

A maioria dos pais e dos alunos atribui importância ao impacto das aprendizagens escolares, perspectivando o prosseguimento de estudos e a conclusão de um curso superior. Em contraponto, uma parcela de discentes não comunga dessas expectativas, manifestando intenção de obter um curso qualificante de nível profissional que lhes permita rapidamente ingressar na vida activa.

É recolhida alguma informação relativa aos percursos dos alunos, após a sua saída do Agrupamento (p. ex., ingresso noutras estabelecimentos de ensino e encaminhamento para outras ofertas educativas), que tem fomentado o debate interno e permitido aos responsáveis ter uma percepção do impacto social das aprendizagens realizadas.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

Os conselhos de docentes/departamentos curriculares planificam as actividades educativas, debatem modalidades e critérios de avaliação, analisam os resultados escolares (internos e externos) e estabelecem medidas a adoptar para algumas das áreas de sucesso mais críticas (p. ex., adesão ao Plano de Acção para a Matemática e ao Plano Nacional de Leitura), embora sem resultados expressivos em Matemática. Existe alguma articulação entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo, destacando-se a intervenção do conselho de docentes, que desenvolve práticas de trabalho cooperativo. No último ano lectivo, os educadores iniciaram a organização de registos das competências adquiridas pelas crianças, favorecendo a sequencialidade das aprendizagens na transição para o 1º ciclo.

Observam-se também actividades para o desenvolvimento da articulação intra e interdepartamental ao nível dos 2º e 3º ciclos, centradas principalmente na definição de critérios de avaliação e na elaboração de instrumentos de avaliação formativa e sumativa. Apenas em algumas disciplinas dos 2º e 3º ciclos é prosseguida a ligação das aprendizagens dos alunos entre anos de escolaridade e ciclos de estudo, através da avaliação diagnóstica inicial, mas os resultados não são devolvidos, por exemplo, aos professores do 1º ciclo, para reflexão e reorientação de estratégias e medidas. A articulação e a sequencialidade carecem de maior consistência, não sendo evidente que os departamentos curriculares desenvolvam acções sistemáticas de articulação interciclos e de interdisciplinaridade, nomeadamente entre disciplinas afins. É essencialmente, ao nível do desenvolvimento de projectos (p. ex., projectos curriculares de turma), que as equipas pedagógicas tratam a ligação e a sequencialidade das aprendizagens. Todavia, é de realçar os níveis de articulação e de sequencialidade conseguidos nas áreas curriculares não disciplinares.

Os serviços de psicologia e orientação vocacional, em parceria com os técnicos da Associação de Solidariedade de Lafões, desenvolvem um programa de orientação escolar e vocacional, apoiando as famílias nas decisões sobre o percurso escolar dos seus educandos.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

O planeamento curricular, realizado no âmbito dos Conselhos de Docentes e dos Departamentos Curriculares, permite ajuizar da gestão dos programas das diversas disciplinas e do currículo global. No entanto, o acompanhamento e a supervisão das práticas lectivas dos docentes, em contexto de sala de aula, não fazem parte da planificação/execução do processo de ensino e de aprendizagem. Nos casos em que os docentes revelam dificuldades, os titulares das respectivas áreas disciplinares são chamados a intervir na superação dos problemas. Como consequência da preocupação em garantir a confiança na avaliação interna e nos resultados, são definidos critérios gerais de avaliação do Agrupamento e critérios específicos para cada disciplina/área disciplinar.

Os docentes são auscultados sobre as suas necessidades de formação, sendo que as propostas são reencaminhadas para o respectivo centro de formação. De qualquer forma, o Agrupamento disponibiliza um conjunto de acções orientadas para as necessidades identificadas, tendo sido concretizadas algumas iniciativas relevantes para o pessoal docente no âmbito das novas tecnologias de informação e comunicação (plataforma

Moodle6 e quadros interactivos). A rede de contactos estabelecida pelo Agrupamento com a Universidades de Aveiro e com a Escola Superior de Educação de Viseu tem permitido o acesso a actividades de formação (Internet no 1º ciclo e formação nas áreas da Língua Portuguesa, da Matemática e do ensino experimental das Ciências). Contudo, não existem dados trabalhados que permitam analisar o impacto da formação dos docentes nas práticas lectivas e no desempenho dos alunos.

2.3 Diferenciação e apoios

As necessidades de diferenciação são identificadas pelos titulares de grupo/turma e analisadas nos conselhos de docentes/turma, onde são elaborados os respectivos planos de apoio. A sinalização, a avaliação inicial e a definição dos programas educativos das 49 crianças/alunos com necessidades educativas especiais são correctamente efectuadas, resultantes do trabalho articulado entre os docentes, os serviços especializados de apoio educativo, os professores de educação especial e de apoio educativo, a psicóloga e os técnicos da Associação de Solidariedade Social de Lafões. O Agrupamento garante às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais um apoio específico e sistemático. São definidas e aplicadas várias medidas (p. ex., currículo escolar próprio, currículo alternativo, apoio pedagógico acrescido e condições especiais de avaliação), com o objectivo de potenciar o sucesso do seu percurso escolar e a integração na vida activa.

As respostas aos casos mais gerais de dificuldades de aprendizagem passam por modalidades de apoio diversificadas, tais como aulas de apoio pedagógico, tutorias e estudo acompanhado.

As medidas de apoio educativo são objecto de avaliação da sua eficácia, verificando-se que, em 2006/07, o sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais foi da ordem dos 100%. É de realçar a elevada percentagem de alunos com insucesso, no 1º ciclo, a quem foram aplicados planos de recuperação, o que põe em causa as medidas adoptadas.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

Nos últimos três anos, o Agrupamento tem investido na diversificação da oferta educativa, explorando diferentes dimensões da aprendizagem, designadamente de ordem cultural, artística e desportiva, visando a melhoria do sucesso, o combate ao abandono escolar e responder à heterogeneidade e às necessidades educativas dos alunos, nomeadamente através da criação de percursos alternativos. Também são promovidas iniciativas de reforço educativo, através da dinamização de actividades de complemento curricular, propondo-se estimular nos alunos a valorização do conhecimento e do interesse pelas actividades profissionais e pelos saberes práticos (clubes: desporto escolar, informática, jornalismo, leitura e teatro; projectos: criar raízes, pense indústria e eco-escolas).

O desenvolvimento de atitudes positivas, face à experimentação e à descoberta, é especialmente trabalhada através da dinamização de projectos como a “Ciência Viva”, havendo também evidências da realização de actividades experimentais em contexto de sala de aula/laboratório no âmbito das áreas disciplinares associadas às Ciências da Natureza/Naturais e Ciências Físico-Químicas. Estas actividades são monitorizadas através de relatórios de execução e avaliação, apesar de se desconhecer, em concreto, o seu impacto na diminuição do insucesso escolar nessas disciplinas. Importa também realçar que, nalguns jardins de infância e escolas do 1º ciclo, as crianças e os alunos revelam vivências ligadas às actividades experimentais, através da realização de pequenas experiências (“Germinação”), embora não seja ainda uma prática disseminada a todos os estabelecimentos de educação e ensino. Assiste-se mesmo a um retrocesso nas práticas de valorização da curiosidade científica, na medida em que deixaram de ser efectuadas actividades experimentais, abertas à participação das crianças e dos alunos, por parte de docentes da área das ciências da Escola Sede.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

Conjuntamente com outros documentos orientadores da acção educativa (projecto curricular, regulamento interno, plano anual de actividades e projectos curriculares de turma), o Agrupamento elaborou um projecto educativo para três anos. O conselho executivo programa e desenvolve as actividades essenciais do ciclo anual da gestão escolar (p. ex., distribuição do serviço, elaboração de horários e preparação das reuniões de avaliação), no quadro das opções desses documentos.

Existe intencionalidade em que o planeamento da actividade procure ter em conta as grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo, correlacionando as propostas com os objectivos a atingir, apesar de, nem sempre, ser conseguido. O Plano Anual de Actividades compreende acções que procuram responder às prioridades traçadas,

⁶ Pacote de software para a produção de sítios Web e disciplinas na Internet

através de iniciativas e de projectos propostos pelas diversas estruturas internas. De um modo geral, as actividades inseridas neste plano estão correlacionadas com os programas das diferentes disciplinas do currículo. No entanto, tanto o Projecto Educativo como o Plano Anual de Actividades não compreendem acções da iniciativa dos representantes dos encarregados de educação e do pessoal não docente.

As actividades de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos, em caso de ausência temporária do professor, estão devidamente estruturadas e revelam-se eficazes. Neste âmbito, é dada prioridade à permuta de aulas, com o objectivo de rentabilizar os tempos lectivos e assegurar o cumprimento dos programas.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O conselho executivo demonstra conhecer as competências profissionais e pessoais do pessoal docente e não docente e gere eficazmente os recursos humanos, garantindo o bom funcionamento dos serviços de apoio escolar (secretaria, bar, reprografia, papelaria e acção social escolar). A atribuição do serviço docente obedece a critérios previamente fixados pelo conselho pedagógico, que constam do projecto educativo, privilegiando-se a continuidade pedagógica. Foi também planificada a gestão do crédito horário, permitindo a realização de reuniões, a supervisão das actividades de animação e de apoio à família, o desenvolvimento das acções de enriquecimento do currículo e o cumprimento do plano de ocupação plena dos tempos escolares, bem como a atribuição das coordenações e a implementação de projectos e de apoios educativos.

Os docentes e não docentes conhecem as suas áreas de acção e respeitam as normas funcionais pré-definidas. Os professores colocados pela primeira vez no Agrupamento mostram-se bem integrados pessoal e profissionalmente.

No que respeita à formação do pessoal não docente, as acções disponibilizadas pelo Agrupamento nem sempre contemplam as respectivas áreas funcionais (p.ex., ao nível do apoio do funcionamento das salas laboratoriais e da biblioteca).

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

O órgão de gestão faz uma gestão adequada dos recursos financeiros, proporcionando as condições necessárias ao desenvolvimento das actividades educativas. Revela também capacidade de angariar receitas próprias, que cresceram, em 2007, acima dos 60 mil euros, sobretudo através da candidatura a projectos do programa de desenvolvimento educativo para Portugal (PRODEP).

As instalações, os espaços e os equipamentos são, em geral, adequados ao desenvolvimento das actividades educativas, existindo preocupação quanto à manutenção, segurança e salubridade. Nos últimos anos foram efectuadas algumas melhorias nas instalações através da realização de obras de beneficiação e remodelação. Existem circuitos estáveis de circulação de informação entre a Escola Sede e as restantes unidades que integram o Agrupamento, possibilitando o acesso generalizado aos recursos e aos apoios disponíveis (psicóloga, professores de Educação Especial, projectos e materiais informáticos), no sentido de proporcionar as melhores condições de aprendizagem.

A assembleia exerce as suas competências na área financeira, quer apreciando o relatório de contas apresentado pelo conselho executivo, quer definindo as linhas orientadoras do orçamento, embora não seja claro que a aplicação dos recursos financeiros disponíveis esteja alinhada com os objectivos do projecto curricular do Agrupamento.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

Os pais e encarregados de educação participam nas diversas estruturas do Agrupamento, sendo manifesta a preocupação em os integrar nos processos de ensino e aprendizagem. Estão constituídos numa associação, que se mostra empenhada em mobilizar o maior número possível de pais para as questões educativas, colaborando na vida escolar. Ao longo do ano, a participação dos pais é frequentemente solicitada na educação pré-escolar. No ensino básico, são convidados para algumas actividades (p. ex., festas e visitas de estudo). São ainda envolvidos na avaliação dos seus educandos, através do preenchimento de uma ficha de auscultação em cada período lectivo, e na implementação das medidas previstas nos planos de recuperação, de acompanhamento e desenvolvimento, que visam a sua co-responsabilização no processo educativo. Fazem-se representar assiduamente nas reuniões, mostrando-se informados sobre o regulamento interno, os critérios gerais de avaliação, as actividades e os projectos em execução.

É de realçar a existência, na Escola Sede, de uma caixa da Associação de Pais destinada à recolha de sugestões.

A colaboração da Autarquia assume expressão significativa na educação pré-escolar e no 1º ciclo, designadamente no que se refere aos apoios sócio-educativos, transportes escolares e obras de conservação e requalificação, bem como na organização das actividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio à família.

3.5 Equidade e justiça

Os responsáveis do Agrupamento e das diferentes estruturas regulam a sua acção por princípios de equidade e justiça. Respeitam as normas estatuídas para o funcionamento da organização, incluindo a criação de oportunidades iguais para todas as crianças e alunos: escolha de horários; inserção em turmas; acesso a experiências escolares estimulantes; avaliação.

A organização promove o acompanhamento e a integração da população discente no meio escolar, através da recepção organizada no início do ano lectivo, da divulgação documental dos direitos e deveres, das normas de funcionamento dos espaços e das actividades, de visitas às instalações e do auxílio directo do pessoal não docente às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais. Os alunos são também chamados a participar no desenvolvimento dos princípios da equidade e justiça, através do exercício da auto-avaliação das aprendizagens.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

O Agrupamento possui uma visão e estratégia de desenvolvimento e progresso, hierarquizando e calendarizando objectivos. Foram definidas prioridades educativas para o triénio de 2007/10, mas sem que, contudo, tenham sido estabelecidas metas quantificadas e avaliáveis, nomeadamente para os resultados escolares das crianças e dos alunos, que possam ajudar a orientar os profissionais e a medir os progressos alcançados. Também não existem evidências de que os alunos e as famílias estejam comprometidos com as prioridades definidas. Embora exista uma aposta clara em elaborar documentos orientadores que permitam promover o desenvolvimento de políticas direccionadas para as aprendizagens dos alunos, persistem ainda algumas dificuldades por parte dos alunos e dos pais em perceberem os objectivos e as prioridades do Agrupamento.

O órgão de gestão mostra-se empenhado, sendo o seu papel relevante na condução das estratégias de desenvolvimento, exercendo uma liderança partilhada, promotora de práticas de articulação, de trabalho colaborativo e de co-responsabilização dos profissionais. É de realçar também o desempenho de algumas lideranças de topo e intermédias (conselho pedagógico e coordenação de departamentos/conselho de docentes/directores de turma), na avaliação dos documentos orientadores e na elaboração de critérios de avaliação, revelando capacidade de mobilização dos agentes para o desenvolvimento das mais diversas tarefas, mas mostrando-se pouco eficazes no desenvolvimento de iniciativas promotoras da articulação e da sequencialidade das aprendizagens.

4.2 Motivação e empenho

O Conselho Executivo lidera, promovendo a articulação entre os diferentes órgãos e apoiando-os nas suas funções, e está atento aos problemas, procurando resolver as dificuldades das várias unidades que constituem o Agrupamento.

Os docentes estão mobilizados e revelam preocupação com a qualidade das aprendizagens e com os resultados escolares dos alunos, mostrando-se empenhados na definição e na implementação de estratégias para a melhoria do serviço educativo. O pessoal não docente revela uma boa integração, é atencioso na relação com os membros da comunidade educativa e zela pelo cumprimento das tarefas, granjeando o respeito dos alunos, dos docentes e dos pais e encarregados de educação.

4.3 Abertura à inovação

O Agrupamento está aberto à inovação, patente na diversidade de actividades e de projectos, visando a criação de novos contextos e oportunidades de aprendizagem. Assim, destaca-se a participação em iniciativas inovadoras que visam a valorização da matemática e da língua portuguesa (plano de acção para a matemática, *exi@mat*, *canguru*, olimpíadas da matemática, testes intermédios do Ministério da Educação e plano nacional de leitura). Neste âmbito, assume também particular relevo a adesão à rede de bibliotecas escolares, cuja dinâmica tem tido impacto na mobilização das crianças e dos alunos para os aspectos da leitura e da investigação (p. ex., contacto com escritores, dinamização de workshops e feira do livro aberta à comunidade)

Existem também outras actividades de relevo a que os alunos conferem alguma importância, como sejam, a organização de eventos, de visitas de estudo e a participação em acontecimentos públicos. Contudo, apesar de existir uma atitude pró-activa na procura de novos caminhos e soluções, não há indícios de estratégias de inovação, partilhadas e generalizadas, centradas na sala de aula.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

São desenvolvidas parcerias com várias entidades da comunidade para a resolução de problemas e para a melhoria do serviço educativo, nomeadamente: Câmara Municipal de São Pedro do Sul e Juntas de Freguesia (cedência de transportes, organização da actividade da educação pré-escolar e do 1º ciclo, melhoramentos dos equipamentos, apoios, actividades de enriquecimento curricular e contratação de pessoal); Universidade de Aveiro (formação de professores e Ciência Viva); Associação de Solidariedade Social de Lafões (apoio a alunos com necessidades educativas especiais e estágios); Centro de Formação de Lafões (estágios dos alunos do curso de educação e formação); Centro de Saúde. Porém, é incipiente a articulação com outras escolas, visando o desenvolvimento de projectos comuns.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1 Auto-avaliação

A auto-avaliação, enquanto instrumento para a melhoria do serviço educativo, ainda não se tornou uma prática regular da acção do Agrupamento. Existem alguns procedimentos de avaliação interna centrados, principalmente, no acompanhamento trimestral dos resultados académicos dos alunos, nos relatórios de actividades e nos inquéritos de satisfação aplicados aos membros da comunidade escolar (alunos, pais e pessoal docente e não docente). A informação recolhida é facultada aos diversos órgãos e estruturas pedagógicas. No entanto, dificilmente são estabelecidos processos sistemáticos de apresentação e discussão dos resultados e de propostas de actuação.

No presente ano lectivo de 2007/08 foi criado um grupo para a avaliação interna, cujo plano de acção visa, designadamente, proporcionar diagnósticos mais objectivos e alargados a diferentes campos de desempenho (p. ex., ambiente escolar, eficácia dos serviços, liderança do conselho executivo, avaliação dos resultados escolares e análise da eficácia dos serviços e das medidas implementadas).

5.2 Sustentabilidade do progresso

As dificuldades encontradas na conceptualização e na implementação de um modelo abrangente de auto-avaliação não têm permitido o desenvolvimento e a consolidação de uma atitude de auto-questionamento do trabalho realizado, como suporte para a identificação das fragilidades e para o planeamento estratégico. Esta situação, associada aos desempenhos menos conseguidos no âmbito de alguns resultados académicos, poderá afectar a sustentabilidade do progresso do Agrupamento.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Unidade de Gestão (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidade) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria. Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Detecção precoce de situações em risco de abandono escolar e eficácia das medidas adoptadas;
- Sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais (sucesso, em 2006/07, da ordem dos 100%), decorrente do trabalho efectuado ao nível do apoio e do acompanhamento educativo;
- Liderança do conselho executivo, traduzida, predominantemente, na boa gestão dos recursos materiais e financeiros, bem como no estabelecimento de parcerias, com impacto na melhoria das condições de desenvolvimento das actividades escolares.

Pontos fracos

- Resultados insatisfatórios, em 2006/07, no 2º ano de escolaridade (insucesso de 18,0%) e nos exames nacionais do 9º ano de Matemática (insucesso de 90,2%), bem como decréscimo significativo, ao longo dos três ciclos de estudo, dos resultados dos alunos nas provas de aferição e nos exames desta disciplina (decrécimo de 33,5% do 4º para o 6º ano e de 44,0% do 6º para o 9º ano);

- Elevada percentagem de insucesso, em 2006/07, dos alunos do 1º ciclo (46,3%), que foram objecto de planos de recuperação;
- Insuficiente articulação, ao nível dos órgãos e das estruturas educativas, que não potencia o desenvolvimento de uma generalizada e consistente sequencialidade das aprendizagens nas diversas disciplinas/anos de escolaridade/níveis de educação e ensino;
- Inexistência de actividades de acompanhamento dos docentes em contexto de sala de aula, não permitindo o conhecimento das práticas lectivas e, conseqüentemente, do seu impacto na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e nos resultados;
- Falta de um processo de auto-avaliação, consistente e abrangente, que não fomenta a identificação dos pontos fortes e fracos do Agrupamento e a concepção de um plano estratégico de melhoria.

Oportunidade

- Rentabilização das parcerias existentes, nomeadamente com a Universidade de Aveiro, que possibilite obter formação no âmbito da construção de um modelo de auto-avaliação.